

O bom caminho do compartilhamento

Os casos, bem-sucedidos, mostram que a tendência será consolidada com o catálogo de software público brasileiro.

A iniciativa da ABEP (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação) e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento de definição das regras de licenciamento para a criação do catálogo de software público brasileiro deverá consolidar o que, na prática, já é um sucesso no Brasil. O uso compartilhado de sistemas tem como maior exemplo o Cacic, sistema de inventário da Dataprev, que adota o modelo de licenciamento GLP (General Public License) e, hoje, é utilizado por dezenas de empresas estaduais e órgãos federais, além de instituições públicas e privadas de países como a Venezuela e o Uruguai.

Segundo Tereza Porto, presidente da ABEP, as regras de licenciamento estão sendo definidas com o auxílio de uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas. Mas ela diz que um bom argumento contra a resistência do mercado em relação a esse tipo de iniciativa é que a SLTI fez uma chamada para selecionar empresas a prestarem consultoria para a implantação e utilização do Cacic e mais de 100 se apresentaram. Além do Cacic, outro bom exemplo é o Expresso, software de correio eletrônico que a Celear (Companhia de Informática do Paraná) desenvolveu depois que o Rio Grande do Sul resolveu fechar o Direto. E os casos tendem a se multiplicar com a recente determinação do Ministério do Planejamento: os investimentos com recursos do Programa Nacional de Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados (PNAGE) – que na primeira fase tem disponíveis US\$ 155 milhões – deverão ser utilizados prioritariamente em soluções compartilhadas.

Rogério Santana, titular da SLTI, defende o compartilhamento por não querer que se repita o desperdício verificado no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal, quando mais de R\$ 1 milhão foram gastos para a aquisição das mesmas soluções pelos 27 Estados. Carlos Pacheco, presidente da Procergs (Empresa de Processamento do Rio Grande do

Sul), diz que nem tudo poderá ser compartilhado, mas reconhece que o compartilhamento é importante para mudar a mentalidade de cada Estado querendo ter o “seu” sistema.

Como contornar a legislação

Segundo João Corte Magalhães Filho, gerente do programa de governo digital de Pernambuco, o grupo de trabalho formado na SLTI e na ABEP para discutir compartilhamento, com vistas ao PNAGE, já identificou 20 aplicações elegíveis para o compartilhamento. Na prática há pelo menos dois casos de sucesso de desenvolvimento cooperado: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul se uniram para desenvolver o portal de Turismo da região e, no Nordeste, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte desenvolveram em conjunto o portal da cultura nordestina, que depois teve adesão de outros Estados. Segundo Paulo Alcântara, presidente da Etice (Empresa de TI do Ceará), os três Estados especificaram os sistemas em conjunto e a Codin (Coordenadoria de Informática do RN) contratou uma empresa para o desenvolvimento. Já no portal de Turismo da Região Sul, cada Estado desenvolveu uma parte.

Em alguns casos o desenvolvimento cooperado não será tão simples, lembra Jorge Calmon, presidente da Prodeb (Companhia de Processamento de Dados da Bahia), citando como exemplo o sistema de recursos humanos e a folha de pagamentos, uma das aplicações mais complexas da administração pública. A dificuldade do compartilhamento ou desenvolvimento cooperado é que cada Estado adota uma legislação para seus servidores. Gilberto Paganotto, assessor técnico de TI da Celear, acredita que a solução pode estar no desenvolvimento de um sistema comum e cada Estado se encarregaria de fazer as parametrizações. “Tecnicamente é possível resolver com o desenvolvimento de um núcleo básico, com o cadastro funcional, normas e procedimentos comuns que poderiam ser parametrizados”, diz Paganotto.

Além dos desenvolvimentos cooperados, as áreas técnicas dos Estados adotaram a política de ceder, para órgãos de outros Estados, aplicações desenvolvidas internamente. Santa Catarina, por exemplo, usou o sistema do Detran do Rio Grande do Norte e economizou entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões, além de reduzir o cronograma de desenvolvimento, que era de dois anos. “Com o Detran.net da Codin, precisamos apenas customizá-lo, ao custo de R\$ 300 mil, num prazo de oito meses”, diz Marco Antônio da Silva, presidente do Ciasc (Centro de Informática de Santa Catarina). O Detran.net está sendo usado também por São

Paulo, enquanto Pernambuco usa o cadastro de materiais de São Paulo. Já a folha de pagamento de Goiás está sendo usada pelo Piauí. O Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) do governo federal está sendo licenciado para os Estados e um grupo, formado por técnicos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraná, trabalha na sua customização. A Prodeb, da Bahia, segundo Calmon, já cedeu o sistema de RH para o Mato Grosso e o Piauí, e o sistema de administração escolar para Pernambuco. Em contrapartida, recebeu do Rio Grande do Sul o sistema de sorteio de vagas da Secretaria de Educação.

O BB e a CEF dão o exemplo, com as ATMs.

Depois do sucesso da experiência de compartilhamento de seus terminais de auto-atendimento, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal negociam agora a inclusão dos bancos privados. O projeto já está em testes com o Banco do Nordeste e, com outras instituições financeiras, as negociações estão em andamento – casos do Bradesco, do ABN e até do Itaú, que sempre optou por uma infra-estrutura própria. A maior dificuldade é a integração de sistemas entre as diferentes bases para viabilizar as transações. Uma das idéias em discussão é a de se criar uma clearing para fazer a integração entre as diferentes bases e a liquidação financeira. Entre o BB e a CEF os resultados são animadores. Segundo Cícero Przensiuk, gerente-executivo da diretoria de distribuição e canais do BB, o projeto foi iniciado em 2005, com pilotos em Brasília, Curitiba e Recife, para compartilhamento dos terminais externos e das casas lotéricas. Hoje são 20 Estados que somam uma rede de 4,2 mil loterias e 625 mil terminais da Caixa e 2,8 mil terminais do Banco do Brasil, num total de 7,6 mil pontos comuns. Nos terminais do BB, clientes da Caixa podem fazer consulta a saldo e saques num volume de 1,2 milhão de transações por mês. O projeto será estendido agora para os três maiores Estados – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais –, assim que forem resolvidas algumas questões de segurança. O Banco do Brasil quer, por exemplo, criar uma contra-senha para

o acesso em casas lotéricas que ainda não permitem esse recurso.

“O principal ganho desse projeto é que ele nos permitiu otimizar e capilarizar o atendimento, proporcionando mais conforto e conveniência sem que fossem necessários novos investimentos”, diz Przensiuk. Ele lembra que só o BB teve acesso a mais de 4 mil lotéricas, número que deve chegar a 9 mil até o final do projeto. Levando-se em conta que cada terminal de auto-atendimento custa entre R\$ 20 mil e R\$ 27 mil, dá para se estimar a economia obtida. “A rede de auto-atendimento do BB é maior que a da Caixa, o que nos permitiu chegar onde ainda não tínhamos presença. Além disso, há a força da marca do BB que gera confiança no nosso cliente”, diz Julio César di Flora, superintendente nacional de gestão da estratégia de tecnologia da informação da Caixa Econômica Federal.

Para viabilizar o projeto, foi necessário um amplo esforço de integração de sistemas, com a criação de especificações técnicas padronizadas para a troca de mensagens. Isso porque existe uma comunicação dos mainframes do BB com os da Caixa. Quando ocorre um saque de um cliente do BB num terminal da Caixa, a informação vai até a central da Caixa, que manda uma comunicação até o mainframe do BB para que ele autorize a transação e devolva para seu mainframe que, por sua vez, transmite a informação para o terminal de auto-atendimento.